

Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 30 de junho de 2020.

O primeiro semestre de 2020 foi fortemente impactado pela pandemia de Covid-19, seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Quase todos os países tiveram de impor medidas de isolamento social para conter o avanço da doença.

As principais economias mundiais sofreram relevante queda no PIB e aumento do desemprego. A inflação permaneceu baixa, influenciada principalmente pela forte redução no preço do petróleo. Com a demanda agregada anêmica, atividade em baixa, preços em queda, os governos se valeram de expansão fiscal e monetária para aliviar as condições financeiras das famílias e das empresas.


No Brasil, o Banco Central reduziu a taxa SELIC para 2,25%, o menor nível da história, e tomou uma série de outras medidas para manter a liquidez do sistema financeiro e estimular a concessão de crédito.

Com um grande esforço de toda a sociedade brasileira, distribuindo dinheiro e expandindo o crédito, houve relativo sucesso ao garantir alguma renda para as famílias mais vulneráveis por meio do auxílio emergencial. Ainda, as empresas também tiveram a possibilidade de diferir alguns impostos. O custo destas políticas foi a deterioração do quadro fiscal. Apenas em maio, o déficit primário do Governo Central foi superior ao de todo ano de 2019.

Por outro lado, alguns programas de crédito subsidiados com recursos da União não chegaram às empresas, dificultando que estas sobrevivam. Além disto, a pandemia no Brasil está mais prolongada que no resto do mundo, com as curvas de infectados e óbitos sem sinais claros de queda, o que pode dificultar a trajetória de recuperação da economia.

Mesmo com as dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e de difícil previsão, o BRP perseverou em seu plano estratégico, seguindo os objetivos estabelecidos sabendo aproveitar as oportunidades que se descortinam neste novo cenário.

Um cenário de mudanças na indústria financeira principalmente pelas constantes inovações tecnológicas capitaneadas pelo regulador através dos projetos que fazem parte da Agenda BC#. Neste semestre, o BRP continuou acompanhando estes movimentos inovadores, desenvolvendo o seu parque tecnológico através das plataformas de integração que possibilita maior dinamismo na prestação de serviços e no atendimento personalizado dos nossos clientes. Neste sentido, aumentamos as parcerias com as conhecidas fintechs, que permitem o aumento da capilaridade dos serviços bancários gerando sinergia em toda cadeia.



O BRP, acreditando na eletrônica dos pagamentos através do projeto PIX (Pagamentos Instantâneos) desenvolveu seu aplicativo que facilitará os movimentos transacionais e melhorará a experiência para todos os nossos clientes. Para que isso torne realidade, estamos seguindo o cronograma estabelecido pelo regulador e até o momento, nos tornamos uma das 3 instituições a cumprirem todas as fases de homologação, reforçando a importância e o compromisso que temos junto aos nossos clientes e de apoio incondicional as melhorias da indústria financeira.

Neste semestre, fomos reavaliados pela agência de Rating S&P (Standard & Poor`s) e continuamos com a nota brA-.

Com isso, o BRP encerrou o primeiro semestre de 2020 com um total de ativos de R\$ 870,89 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/ Financiamentos, Fianças, CPRs, CDCA, CRA e Debêntures) representando R\$ 629,49 milhões com um crescimento de 0,69% em relação aos saldos de carteira em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 12,81 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 151,02 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado 18,5%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, certificados de depósitos bancários (CDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), de letras de crédito imobiliário (LCI), de letras de crédito agronegócio (LCA), e de letras financeiras garantidas (LFG) somou R\$ 527,80 milhões, com crescimento de 19,03% em relação aos valores de 31 de dezembro de 2019.

Ao final do semestre, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 129,86 milhões, equivalente a 85,99% do seu patrimônio, o que demonstra um bom nível de liquidez.

O patrimônio líquido representou 14,89% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 9,25%. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A..

Ribeirão Preto, 24 de julho de 2020.

A Administração

Banco Ribeirão Preto S.A.

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Ribeirão Preto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Ribeirão Preto S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

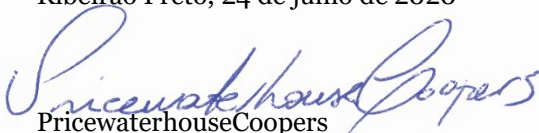


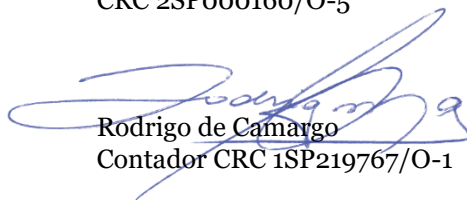
Banco Ribeirão Preto S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de julho de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Apresentação das demonstrações financeiras	7
3 Descrição das principais políticas contábeis	7
4 Caixa e equivalentes de caixa	11
5 Títulos e valores mobiliários	11
6 Operações de crédito	12
7 Investimentos	14
8 Depósitos	15
9 Captações no mercado aberto e emissões de títulos	16
10 Obrigações por empréstimos e repasses	16
11 Outras obrigações	17
12 Imposto de renda e contribuição social	17
13 Contingências	19
14 Patrimônio líquido	19
15 Gerenciamento de capital, riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional	20
16 Transações com partes relacionadas	21
17 Outras informações	21

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		415.763	291.967	Circulante		413.952	330.934
Caixa e equivalentes de caixa	4	108.262	47.661	Depósitos	8	55.095	31.922
Disponibilidades		264	158	Depósitos à vista		9.750	16.087
Aplicações interfinanceiras de liquidez		107.998	47.503	Depósitos a prazo		38.296	15.835
Aplicações no mercado aberto		107.998	47.503	DPGEN		7.049	
Títulos e valores mobiliários	5	101.844	63.549	Captações no mercado aberto	9	63.000	42.816
Carteira própria		38.304	19.015	Carteira própria		63.000	42.816
Vinculados à prestação de garantias			1.497	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	178.080	106.238
Vinculados a compromissos de recompra		63.540	43.038	Recursos de letras de crédito imobiliário		124.804	100.278
Relações interfinanceiras		1.349	262	Recursos de letras de crédito do agronegócio		16.603	5.959
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.349	262	Recursos de letras de financeiras garantida		36.673	
Operações de crédito		176.949	134.379	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	10	100.627	132.014
Setor privado	6	178.631	135.572	BNDES		306	909
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(1.682)	(1.192)	FINAME		46	220
Outros créditos		14.348	33.429	FUNCAFÉ		100.275	130.885
Créditos tributários	12	4.670	9.349	Outras obrigações	11	17.150	17.944
Títulos e crédito a receber - Sem característica de concessão de crédito	6	26	18	Sociais e estatutárias		3.200	7.372
Títulos e crédito a receber - Com característica de concessão de crédito	6	6.881	23.291	Fiscais e previdenciárias	12	8.184	5.465
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Com característica de concessão de crédito	6	(60)	(189)	Débitos tributários		58	497
Diversos		2.377	477	Diversas		5.708	4.611
Créditos a receber	6	967	1.003	Não circulante		305.913	326.216
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	6	(93)	(57)	Depósitos	8	117.729	123.812
Prêmio a diferir sobre créditos a receber		(422)	(463)	Depósitos a prazo		117.729	123.812
Outros valores e bens		13.011	12.686	Instrumentos financeiros derivativos		2.234	
Bens não de uso próprio		15.054	14.730	Instrumentos financeiros derivativos	5	2.234	
Provisões para desvalorizações		(2.043)	(2.043)	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	176.904	181.451
Não circulante		455.124	500.727	Recursos de letras de crédito imobiliário		168.161	166.345
Realizável a longo prazo		449.225	492.459	Recursos de letras de crédito do agronegócio		8.742	15.106
Títulos e valores mobiliários		11.491	44.431	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	10	9.046	20.952
Carteira própria	5	7.971	44.431	BNDES		2.608	2.980
Instrumentos financeiros derivativos	5	3.521		FINAME		6.438	8.738
Operações de crédito		355.164	371.337	FUNCAFÉ			9.234
Setor privado	6	361.418	375.645	Patrimônio líquido	14	151.022	135.545
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(6.253)	(4.308)	Capital de domiciliados no País		139.692	119.926
Outros créditos		82.569	76.691	Reserva de capital		1.720	1.719
Créditos tributários	12	14.683	6.747	Reservas de lucros		9.610	13.900
Títulos e crédito a receber - Sem característica de concessão de crédito	6	18.597	18.597				
Créditos a receber	6	56.345	58.562				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	6	(4.501)	(4.264)				
Prêmio a diferir sobre créditos a receber		(2.555)	(2.951)				
Investimentos		5.620	8.006				
Imobilizado de uso		280	262				
Outras imobilizações de uso		716	679				
Depreciações acumuladas		(436)	(416)				
Total do ativo		870.887	792.694	Total do passivo e patrimônio líquido		870.887	792.694

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		48.414	47.788
Operações de crédito		41.877	43.780
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.905	4.681
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(368)	(672)
Despesas da intermediação financeira		(18.714)	(21.411)
Operações de captação no mercado		(12.347)	(14.645)
Operações de empréstimos e repasses		(2.796)	(4.042)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 (e)	(3.571)	(2.723)
Resultado bruto da intermediação financeira		29.700	26.378
Outras receitas (despesas) operacionais		(12.780)	(9.858)
Receitas de prestação de serviços		519	711
Despesas de pessoal	17 (i)	(5.114)	(4.852)
Outras despesas administrativas	17 (ii)	(5.202)	(4.871)
Despesas tributárias		(1.590)	(1.287)
Outras receitas operacionais			351
Resultado de participação em controlada	7	(1.393)	467
Outras despesas operacionais			(377)
Resultado operacional		16.919	16.519
Resultado não operacional		161	71
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		17.080	16.590
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.770)	(5.236)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.466)	(3.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.696	(1.520)
Participações no resultado	17 (iii)	(1.500)	(1.500)
Lucro líquido no semestre		12.811	9.854
Número de ações		138.758.190	118.992.377
Lucro líquido por ação - R\$		0,09	0,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado abrangente Semestre findo em 30 de junho Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido no semestre	12.811	9.854
Itens que serão reclassificados para o resultado	<u>1</u>	<u>973</u>
Atualização de títulos patrimoniais	<u>1</u>	<u>973</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>12.812</u></u>	<u><u>10.827</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Reserva legal	Reservas especiais de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		104.057	1.337	784	7.957		114.135
Aumento de capital social	14	15.869	(1.337)	(784)	(7.957)		5.791
Atualização de títulos patrimoniais			973				973
Lucro líquido no semestre						9.854	9.854
Destinações:							
Reserva legal				493		(493)	
Juros sobre o capital próprio	14					(3.972)	(3.972)
Lucros a disposição dos acionistas					5.389	(5.389)	
Saldos em 30 de junho de 2019		<u>119.926</u>	<u>973</u>	<u>493</u>	<u>5.389</u>		<u>126.780</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		119.926	1.719	1.064	12.836		135.545
Aumento de capital social	14	19.766		(1.064)	(12.836)		5.866
Atualização de títulos patrimoniais			1				1
Lucro líquido no semestre						12.811	12.811
Destinações:							
Reserva legal	14			640		(640)	
Juros sobre o capital próprio	14					(3.200)	(3.200)
Lucros a disposição dos acionistas	14				8.970	(8.970)	
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>139.692</u>	<u>1.720</u>	<u>640</u>	<u>8.970</u>		<u>151.022</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>60.065</u>	<u>(17.641)</u>
Lucro líquido do semestre	12.811	9.854
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	2.770	5.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.571	2.723
Provisão para participações no resultado	1.500	1.500
Depreciações	41	50
Resultado de participação em controlada	1.393	(467)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(128)	(1.091)
Variação de ativos e passivos	<u>38.107</u>	<u>(35.446)</u>
Títulos e valores mobiliários	(1.707)	(44.043)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.521)	
Relações interfinanceiras	(1.087)	(1.010)
Operações de crédito	(29.968)	(3.032)
Outros créditos	10.434	(15.342)
Outros valores e bens	(324)	18.380
Depósitos	17.090	45.265
Obrigações por operações compromissadas	20.184	30.370
Relações interfinanceiras		28
Recursos de letras de crédito imobiliário e do agronegócio	67.295	31.768
Obrigações por repasses	(43.293)	(83.845)
Instrumentos financeiros derivativos	2.234	
Outras obrigações	2.161	(12.776)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.390)	(1.210)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>60.065</u>	<u>(17.641)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de lucros de controladas	1.000	
Aquisição de investimentos	(6)	
Adição de ativo imobilizado	(58)	(45)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>936</u>	<u>(45)</u>
Fluxo de caixa de atividade de financiamentos		
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(400)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(400)</u>	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>60.601</u>	<u>(17.686)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<u>47.661</u>	<u>45.816</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>108.262</u>	<u>28.130</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, além de fomentar as atividades mercantil, industrial e de agropecuária.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Vale ressaltar que as suas operações começaram a ser afetadas pelos impactos econômicos e sociais advindos da pandemia no primeiro semestre de 2020, entretanto, a diretoria do Banco tomou ações para mitigar tais impactos, de modo que os resultados do semestre do Banco não foram afetados de forma relevante. O Banco está continuamente trabalhando em planos de adaptação à situação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de administração em 23 de julho de 2020.

Em 30 de maio de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na resolução, o Banco Ribeirão Preto S.A. passou a divulgar as demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN emitiu a Circular nº 3.959, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em cotas de fundo de investimento e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

(e) Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(g) Outros valores e bens

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

(h) Permanente

- **Investimento:** o Banco possui participação societária em empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 7).

Conforme resolução 4.280/13, o Banco Ribeirão Preto S.A. fica dispensado de apresentar demonstração financeira consolidadas.

- **Imobilizado de uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10%; veículos e equipamentos de processamento de dados 20%; edificações 4%.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2019 – 15%). Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 12).

(k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Disponibilidades	264	158
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
LTN - Letras do tesouro nacional	107.998	
LFT - Letras financeiras do tesouro		47.503
	<u>108.262</u>	<u>47.661</u>

5 Títulos e valores mobiliários

A carteira é composta de aplicações em títulos públicos, classificados na categoria títulos para negociação e títulos privados como debêntures, CDCA (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPR (cédula de produto rural) emitidas por produtores rurais, classificadas em categoria de título mantidos até o vencimento. Neste semestre foram adquiridos, além de outros títulos comumente transacionados pelo Banco, um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e um Box de Opções de 4 pontas com classificação na categoria de títulos para negociação.

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>			
	<u>Custo corrigido</u>	<u>Ajuste ao valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado (contábil)</u>	<u>Prazo de vencimento Acima de 360 dias</u>	<u>Valor de mercado (contábil)</u>
LFT - Letras financeiras do tesouro	2.525	(2)	2.523		10.297
LTN - Letras do tesouro nacional	17.939	595	18.534		23.111
Vinculados à prestação de garantias: LFT					1.497
Títulos para negociação	20.464	594	21.057		34.905
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	5.708	(57)	5.651	5.651	18.460
CPR - Cédula de produto rural	11.902	(56)	11.846		8.584
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	5.021	381	5.401		2.992
Debêntures	2.320		2.320	2.320	
Instrumentos financeiros derivativos		3.521	3.521	3.521	
Títulos mantidos até o vencimento	24.950	268	28.738	11.491	30.036
Carteira própria	45.413	861	49.795	11.491	64.941
Vinculados a compromisso de recompra: LTN/LFT	62.813	727	63.540		43.038
Total	108.226	1.589	113.336	11.491	107.979
Circulante			(101.844)		(63.549)
Não circulante			11.491		44.431

Os títulos privados estão custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, bem como os títulos públicos estão custodiados na SELIC. Não ocorreu reclassificação de títulos entre categorias durante o semestre.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Operações de crédito

(a) Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Capital de giro	299.964	181.850
Conta garantida	26.266	21.637
Desconto/CDC - Crédito direto ao consumidor	29.666	47.678
Repasses de recursos do BNDES/FINAME	9.742	6.434
Vendor/CCE	13.690	13.010
Crédito pessoal	15.898	7.469
Financiamento rural/Agroindustriais/FUNCAFÉ	102.347	98.371
Cessão de crédito imobiliário	57.312	59.565
CCBI/CCI - Cédula de crédito imobiliário	49.358	158.059
	604.242	594.072
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (e))	(12.588)	(10.011)
	<u>591.654</u>	<u>584.062</u>

(b) Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Indústria	44.993	56.639
Comércio	105.474	131.677
Serviços	269.600	247.183
Pessoas físicas	144.107	143.380
Rural	40.069	15.193
	604.242	594.072

(c) Composição da carteira por faixa de vencimento das parcelas - Setor privado

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
A vencer acima de 360 dias	417.763	434.207
A vencer entre 90 e 360 dias	137.179	124.848
A vencer até 90 dias	44.643	29.391
Vencidas	4.657	5.626
	604.242	594.072

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Concentração de crédito

	30 de junho de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		Carteira	PL		Carteira	PL
Maior	29.205	4,83	19,34	31.182	5,25	23,00
10 maiores	188.553	31,20	124,85	186.923	31,46	137,90
20 maiores	290.550	48,09	192,39	280.091	47,15	206,64

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	(10.011)	(25.930)
Baixas no exercício	994	19.258
Constituição de provisão	(4.296)	(5.214)
Reversões de provisão	725	1.875
Saldo final	(12.588)	(10.011)

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

Níveis de risco	Curso normal	30 de junho de 2020				
		Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682
AA	110.768		110.768	18,33		
A	353.200	3.739	356.940	59,07	1.785	0,5
B	74.144	5.562	79.706	13,19	797	1
C	22.309	4.248	26.557	4,40	797	3
D	11.051	8.595	19.646	3,25	1.965	10
E	203	2.730	2.933	0,49	880	30
F	141	1.622	1.763	0,29	882	50
G	39	1.444	1.483	0,25	1.038	70
H	163	4.283	4.446	0,74	4.446	100
	<u>572.017</u>	<u>32.225</u>	<u>604.242</u>	<u>100,00</u>	<u>12.588</u>	

O valor de R\$ 32.225 (2019 - R\$ 29.878), apresentado na coluna atraso, é representado por contratos com parcelas vencidas no final de cada período.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2019						
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682
AA	111.247		111.247	18,73		
A	352.898	3.330	356.228	59,96	1.781	0,5
B	79.251	7.737	86.988	14,64	870	1
C	18.189	4.975	23.164	3,90	695	3
D	1.859	4.525	6.384	1,07	638	10
E	411	2.571	2.982	0,50	895	30
F	44	3.271	3.315	0,56	1.658	50
G	0	965	965	0,16	676	70
H	295	2.504	2.799	0,48	2.799	100
	<u>564.194</u>	<u>29.878</u>	<u>594.072</u>	<u>100,00</u>	<u>10.011</u>	

O Banco não tem como prática a cessão de créditos a terceiros e nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 não realizou operações dessa natureza.

No primeiro semestre de 2020 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 1.817 (2019 – R\$ 4.561), cujo valor está registrado em “Receita da intermediação financeira – Operações de crédito” no resultado do semestre. O volume de renegociações em 2020 foi de R\$ 44.552 (2019 – R\$ 26.706).

7 Investimentos

(a) Investimentos em controlada

O Banco possui investimento no montante de R\$ 54 (2019 - R\$ 2.447) na BRP Assessoria Ltda., que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira. No primeiro semestre de 2020, a investida auferiu lucro líquido de R\$ 282 (2019 – R\$ 757). A participação do Banco é de 99% no capital social da controlada. No primeiro semestre de 2020 foram distribuídos lucros no montante de R\$ 2.675 aos quotistas, sendo que R\$ 1.675 foram distribuídos de forma desproporcional.

(b) Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 5.566 (2019 - R\$ 5.559), que se referem, substancialmente, a participação na CIP – Câmara Interbancária de Pagamento e na CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S/A.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Depósitos

(a) Composição por vencimento

					Vencimento
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de junho de 2020
Depósito à vista	9.750				9.750
Depósito a prazo		2.904	35.392	116.847	155.142
Captação Estruturada				883	883
DPGEN			7.049		7.049
	<u>9.750</u>	<u>2.904</u>	<u>42.441</u>	<u>117.729</u>	<u>172.824</u>

					Vencimento
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2019
Depósito à vista	16.087				16.087
Depósito a prazo		4.451	11.383	123.812	139.647
	<u>16.087</u>	<u>4.451</u>	<u>11.383</u>	<u>123.812</u>	<u>155.734</u>

(b) Maiores depositantes

	30 de junho de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		Carteira	PL		Carteira	PL
Maior (i)	65.381	37,83	43,29	63.988	41,09	47,21
10 maiores (i)	118.133	68,35	78,22	110.357	70,86	81,42
20 maiores	141.666	81,97	93,80	126.983	81,54	93,68

(i) Os maiores depositante são constituído pela parceria estabelecida pelo BRP e as distribuidoras de títulos.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Captações no mercado aberto e emissões de títulos

	Vencimento			
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de junho de 2020
Operações compromissadas	63.000			63.000
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA/LFG	23.780	154.300	176.904	354.984
	<u>86.780</u>	<u>154.300</u>	<u>176.904</u>	<u>417.984</u>

	Vencimento			
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2019
Operações compromissadas	42.816			42.816
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	26.612	79.626	181.451	287.689
	<u>69.428</u>	<u>79.626</u>	<u>181.451</u>	<u>330.505</u>

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados substancialmente por LCI – Letras de crédito imobiliário que são lastreadas pelas operações de crédito vinculadas a CCI – Cédula de crédito imobiliário.

10 Obrigações por empréstimos e repasses

	Vencimento			
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de junho de 2020
Repasses do BNDES (i)	161	146	2.608	2.915
Repasses do BNDES / FINAME (i)		46	6.438	6.484
Repasses FUNCAFÉ (ii)	21.996	78.279		100.275
	<u>22.157</u>	<u>78.470</u>	<u>9.046</u>	<u>109.673</u>

	Vencimento			
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2019
Repasses do BNDES (i)	69	840	2.980	3.889
Repasses do BNDES / FINAME (i)	52	168	8.738	8.958
Repasses FUNCAFÉ (ii)	62.620	68.625	9.234	140.119
	<u>62.741</u>	<u>69.633</u>	<u>20.952</u>	<u>152.966</u>

- (i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2024, sobre as quais incide a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), taxa pré-fixada e taxa Selic.
- (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide a taxa de juros aproximadamente de 4,50% a.a. (2019 – 4,50% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e a taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outras obrigações

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Impostos a recolher	8.184	5.962
Encargos trabalhistas	1.085	716
Juros sobre capital próprio (Nota 14)	3.200	7.372
Participações no resultado	1.500	1.800
Credores diversos	2.076	1.394
Passivo tributário diferido (Nota 12)	58	
Provisões para contingências	445	445
Outros	602	255
	<u>17.150</u>	<u>17.944</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação de alíquota

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	17.080	16.590
Despesas de participações no resultado	(1.500)	(1.500)
Juros sobre o capital próprio	(3.200)	(3.972)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	12.380	11.117
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	1.569	(381)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	3.272	(1.281)
Base de cálculo	17.221	9.455
IRPJ (15%)	2.583	1.418
Adicional (10%)	1.476	933
Incentivos fiscais	(54)	(54)
IRPJ (25%)	4.005	2.298
CSLL (20%) (2019 - 15%)	3.444	1.418
Efeito de majoração de alíquota CSLL (5%)	(983)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>6.466</u>	<u>3.716</u>

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos tributos diferidos

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Créditos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.604	13.581
· <i>Impairment</i> de outros valores e bens	920	817
· Provisão para contingências	200	177
· Participações no resultado	675	720
· Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	784	548
· Outros	170	253
	<u>19.353</u>	<u>16.096</u>
Débitos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	(58)	(488)
· Outros		(9)
	<u>(58)</u>	<u>(497)</u>
Tributos diferidos, líquidos	19.295	15.599
Menos: parcela circulante	<u>(4.613)</u>	<u>(8.853)</u>
Parcela não circulante	<u>14.683</u>	<u>6.747</u>

(c) Movimentação dos tributos diferidos

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Saldo inicial	15.599	18.132
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.330	(824)
Participações no resultado	(135)	200
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros	111	(259)
Outros créditos	167	122
Efeito majoração da alíquota (i)	<u>2.224</u>	<u>(1.771)</u>
Saldo final	<u>19.295</u>	<u>15.599</u>
% Sobre o patrimônio líquido	<u>12,78</u>	<u>11,51</u>

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não haviam créditos tributários não registrados.

- (i) Por meio da EC nº 103 de 12 de novembro de 2019, o Governo Federal altera a alíquota da CSLL para as instituições financeiras para 20% a partir do início de março de 2020. Desta forma, o registro dos impostos diferidos após essa data, foram considerados conforme a nova alíquota de 20%, cuja realização é suportada por estudo de realização de créditos tributários.

(d) Estimativas de realização

Com base na estimativa da administração do Banco, para a realização dos créditos tributários, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 30 de junho de 2020 de 0,18% a.m., é de R\$ 18.933 (2019 – R\$ 15.003).

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências tributárias são representadas por processos em que se discute a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pela Administração Tributária Federal, nas situações de hipotético pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos pelo Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 445 (2019 – R\$ 445).

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda que montam a R\$ 3.343 (2019 – R\$ 3.291) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

14 Patrimônio líquido

O capital social está representado por 138.758.190 (2019 - 118.992.377) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País no montante de R\$ 139.692 (2019 – R\$ 119.926).

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2020, foi aprovado o aumento do capital social com a emissão de 19.765.813 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$ 1.064, de lucros – R\$ 12.836, créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$ 7.372 deduzidos de imposto de renda retido na fonte de R\$ 1.106 e de pagamentos no valor de R\$ 400 aos acionistas. O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 30 de março de 2020.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, após as deduções estatutárias, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

O valor de R\$ 8.970 em 30 de junho de 2020 (2019 – R\$ 12.836), refere-se ao saldo remanescente do lucro após a destinação para reserva legal e para juros sobre capital próprio, constituído para a reserva especial de lucros cuja destinação será deliberada pelos acionistas.

No primeiro semestre de 2020, o Banco provisionou R\$ 3.200 (2019 – R\$ 3.972) a título de juros sobre o capital próprio que está demonstrado na rubrica “Outras obrigações – Sociais e Estatutárias”, o que representa 24,98% (2019 – 40,31%) do lucro líquido do semestre.

Banco Ribeirão Preto S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho 2020**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Gerenciamento de capital, riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional

(a) Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

(b) Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, dólar, preços de inflação e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adotou o modelo *EVE (Economic Value of Equity)* a partir de 31 de dezembro de 2015 para cálculo do risco, que consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos ativos e passivos através de uma taxa de desconto da carteira. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos de longo prazo.

A área de Gestão de Risco é a responsável pela atividade de gerenciamento do risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN.

(c) Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação.

(d) Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

(e) Risco operacional

A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução nº 3.750/09.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 30 de junho:

(a) Saldos e operações

Descrição	Parte relacionada	30 de junho de 2020		31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2019
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos	Pessoa Física	(750)	(5)	(212)	(5)
Depósitos	Pessoa Jurídica	(249)	(4)	(2.846)	(24)
LCI - Letras de crédito imobiliário	Pessoa Física	(23.306)	(581)	(24.613)	(1.783)
LCA - Letras de crédito do agronegócio	Pessoa Física	(5.489)	(147)	(6.612)	(392)
		<u>(29.795)</u>	<u>(737)</u>	<u>(34.283)</u>	<u>(2.204)</u>

(b) Remuneração da administração

As despesas nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 com remuneração dos administradores são compostas basicamente de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, estão registrados na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do semestre.

17 Outras informações

- (i) Despesas de pessoal – Referem-se a salários, encargos e benefícios.
- (ii) Outras despesas administrativas – Referem-se, substancialmente, a despesas com tecnologia e informação R\$ 1.663 (2019 – R\$ 1.484), despesas de aluguéis e instalações R\$ 388 (2019 – R\$ 456) e despesas de serviços prestados R\$ 2.256 (2019 – R\$ 1.492).
- (iii) Durante o semestre foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 1.500 (2019 – R\$ 1.500) baseado nas diretrizes definidas pela administração.
- (iv) Os outros valores e bens referem-se à escrituração de imóveis recebidos em dação de pagamento (BNDU - Bens Não de Uso Próprio), pelo seu custo, e são avaliados periodicamente quanto ao valor recuperável real dos bens e, quando aplicável, é constituída provisão. A administração não mede esforços na redução dos BNDUs, especificamente pela negociação de dois contratos de compromisso de permuta para incorporação imobiliária e outras avenças. Os contratos de permuta financeira tiveram andamentos importantes, sendo um deles aprovado junto a Prefeitura e o outro com as diretrizes urbanísticas emitidas pela secretaria do planejamento definindo a modalidade do empreendimento.

* * *